

Sarney convoca Constituinte em mensagem na sexta-feira

Da Sucursal de Brasília

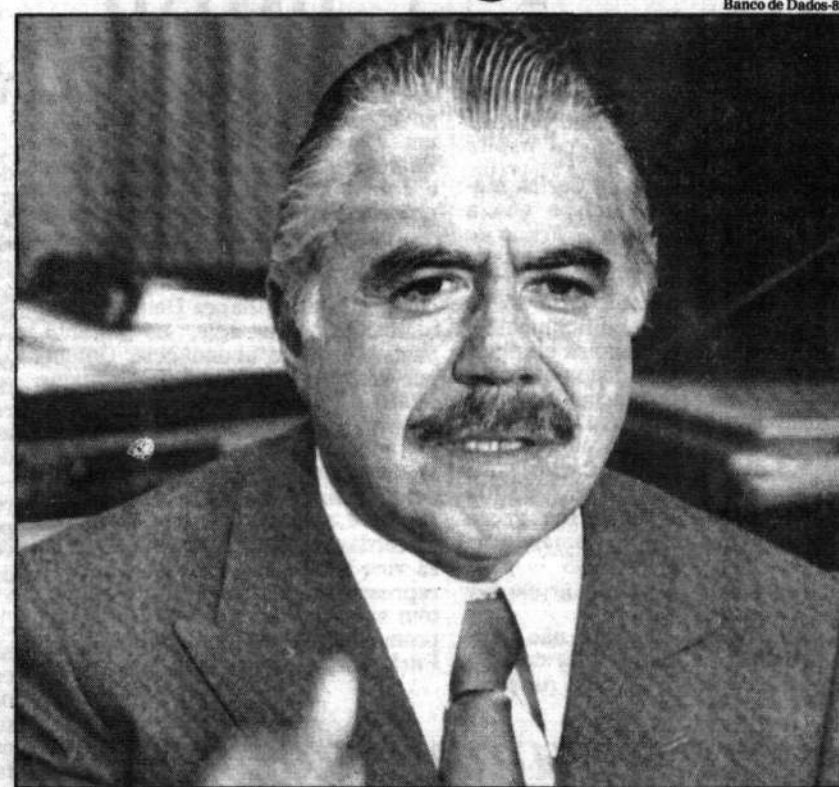


O Conselho Político do governo discutirá hoje a mensagem convocatória da Assembleia Nacional Constituinte a ser enviada pelo presidente José Sarney ao Congresso na próxima sexta-feira. A minuta do projeto foi entregue ontem pelo Presidente ao ministro da Justiça, Fernando Lyra, incumbido de ouvir os líderes da Aliança Democrática.

Pela proposta, a Constituinte será eleita a 15 de novembro de 1986 e instalada a 1º de fevereiro de 1987, junto com o próximo Congresso. Será convocada através de emenda às disposições transitórias da atual Constituição Federal, necessitando de dois terços dos votos para aprovação. Por isso, depois de aprovar o texto no Conselho Político, o presidente Sarney deve submeter a fórmula aos outros partidos políticos, que serão consultados amanhã e depois.

Elaborada pelo Planalto

De acordo com o ministro Fernando Lyra a minuta do projeto foi elaborada pelo Palácio do Planalto e resulta de tendências já colhidas pelo presidente Sarney. Este, explicou Lyra, optou por uma emenda simples, com apenas quatro artigos. As dúvidas e problemas relativos ao prazo e forma de funcionamento, serão decididos pela própria Assembleia.



Sarney ouve hoje o Conselho Político sobre convocação de Assembleia

bléia, quando votar o seu regimento interno. Ao contrário do que se especulava, a emenda do governo não prevê qualquer forma de referendo da população, cogitado para dar poderes constituintes ao próximo Congresso ou mesmo para autorizar os senadores eleitos em 1982, cujos mandatos não terão acabado em 1986,

a participarem da elaboração da nova Carta.

A emenda da convocação da Constituinte prevê o funcionamento paralelo do Congresso, para que não fique parado o processo legislativo. Esse funcionamento como congresso ordinário, segundo o ministro da Justiça, visa evitar também que o presidente

da República tenha de legislar através de decreto-lei, como aconteceu em outras constituintes realizadas no País. Lyra não acha que isso prejudique o funcionamento da Constituinte ou do Congresso. Este, afirmou, "em nenhuma hipótese poderá interferir na Assembleia, que será autônoma, livre e soberana, conforme o compromisso assumido pela Aliança Democrática".

Sem convocação extraordinária

O ministro da Justiça não vê necessidade de convocação extraordinária do Congresso durante o recesso de julho para deliberação sobre a mensagem da Constituinte. "O importante — declarou — é que o governo estará cumprindo mais uma etapa da transição". Embora não preveja problemas na aprovação, o ministro explicou que, como qualquer emenda, a proposta do governo pode ser alterada em plenário pelo Congresso.

A mensagem da convocação da Constituinte indicará, ainda, o nome do presidente da sessão de instalação. O ministro da Justiça, porém, não quis revelar o escolhido. A Assembleia Nacional Constituinte tem poderes ilimitados na redefinição da organização do Estado e dos poderes e deve funcionar durante pelo menos um ano, segundo previsão do ministro Lyra. Ele informou também que o presidente Sarney nada decidiu ainda a respeito da criação da Comissão Constitucional que fará um anteprojeto de Constituição para servir de base ao debate preparatório da Constituinte.

Comissão Interpartidária deve ser extinta

Da Sucursal de Brasília

Após três meses de atividades voltadas para a remoção do chamado "entulho do autoritarismo", a Comissão Interpartidária deve ser extinta ao final desta semana, após a apreciação da reforma do Código Eleitoral.

A previsão é de seu presidente, senador Aloísio Chaves (PDS-PA), 64, ao anunciar que "já não há mais nada a reformar na legislação eleitoral e partidária". Ouvido a respeito, o líder do PMDB no Senado, Humberto

Lucena, 57, protestou: "Falta acabar com esse monstro que é a Lei de Inelegibilidades."

"Trata-se de uma Lei Complementar do período do governo Castello Branco — explicou — que não vem sendo aplicada mas continua vigente e representa uma guilhotina terrível para todos os políticos", explicou.

Para Aloísio Chaves, no entanto, a Interpartidária também já esgotou o exame do assunto, quando propôs a emenda constitucional nº 25, indicando os limites das incompatibilidades.

O presidente da Comissão Interpartidária estimou que até amanhã estará concluído o exame da reforma do Código Eleitoral cuja aprovação, a seu ver, não apresenta dificuldades porque a maior parte das alterações é matéria já apreciada anteriormente, durante a revisão da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e na elaboração da emenda constitucional nº 25.

Aloísio Chaves admitiu que a Comissão só se reinstalará depois disso se a ela forem conferidas novas missões pelas lideranças de todos os

partidos. Colocou isso em dúvida porque, a seu juízo, não há mais reforma a fazer na Legislação eleitoral e partidária.

Revelou ainda que procurou o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, no último fim-de-semana, para propor que os projetos da nova Lei dos Partidos Políticos e da reforma do Código Eleitoral não sejam submetidos às lideranças mas passem à apreciação diretamente das comissões técnicas e do plenário das duas Casas legislativas.

Parlamentares querem limitar poder econômico nas eleições

Da Sucursal de Brasília

Cresce no Congresso Nacional o grupo de parlamentares que — a exemplo do presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, 68, (PMDB-SP) — deseja uma nova comissão interpartidária para estudar uma legislação específica que impeça ou limite a influência do poder econômico nas eleições. Embora alguns considerem que existe lei suficiente mas não respeitada, a maioria observa que, estabelecidas as regras para o pleito municipal de 15 de novembro, o governo e o Congresso Nacional devem voltar suas preocupações para a influência do poder econômico na eleição da Assembleia Nacional Constituinte.

"Não adianta termos regras bonitinhas se o poder econômico continuar agindo como vem agindo de forma assustadora", afirma o senador Itamar Franco, 54, (PMDB-MG). Segundo ele, as eleições de 1982 foram um exemplo marcante em sua carreira política. "Eu fiz campanha para eleger Tancredo Neves governador" — disse — "nunca vi nada igual, a máquina que o governo e suas estatais colocaram ao lado do outro candidato (Eliseu Resende, ex-ministro dos Transportes) foi algo surpreendente".

Já o deputado e empresário Roberto Cardoso Alves, 58, (PMDB-SP) diz que só aceita o controle do poder empresarial "desde que se controle também o poder da Igreja, da administração pública e da própria força política".

O deputado Tarcísio Buriti (PDS-PB), 46, leu na revista Veja o artigo do presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, Cesar Rogério Valente, defendendo abertamente o uso do poder econômico dos empresários na eleição de representantes à Constituinte. Sua reação foi moderada: "Isto é da democracia, o lado dos trabalhadores é que tem de se organizar forçando o Congresso a estabelecer regras claras para impedir o abuso do poder econômico".

Para o secretário-geral do PT paranaense, Vitorio Sorotiuck, 40, as declarações de Cesar Rogério Valente, "são um sinal claro de que os empresários querem comprar a Constituinte".

Arinos envia ao Planalto nomes para comissão constitucional

Da Sucursal do Rio

O jurista Afonso Arinos de Mello Franco, 79, enviou ontem ao presidente José Sarney, através de seu filho, Francisco Mello Franco, uma lista com cerca de quarenta indicações, entre assessores, consultores e membros, para composição da comissão que elaborará um anteprojeto da Constituição, a ser discutido pela Assembleia Nacional Constituinte. Arinos não quis informar os nomes que compõem a lista, já que a decisão final cabe ao Presidente, mas adiantou que ela inclui juristas, mulheres, um representante da Associação Brasileira de Imprensa e figuras ligadas à ala progressista e moderada da Igreja e aos sindicatos.

Arinos fez este anúncio após receber, em sua residência no Rio, o ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Flávio Peixoto, 39. O ministro foi sugerir ao jurista que sejam incluídos no anteprojeto dispositivos expressos sobre preservação do meio ambiente e o problema urbano. Arinos lembrou, em entrevista, que as constituições elaboradas após a Segunda Guerra prevêem estas duas ordens de problemas, mas

que o Brasil, devido à sua extensão territorial e suas particularidades, deve encontrar uma fórmula diferente para tratar destes assuntos. "Não podemos imitar outros países", disse. Peixoto prometeu enviar estudos e sugestões à comissão.

Durante a entrevista, Afonso Arinos defendeu-se das críticas de que a comissão substituiria a participação popular no processo de debate da Constituinte, lembrando que todas as constituições são, de início, elaboradas por pequenas comissões. "A comissão não fará o projeto, mas o anteprojeto. O projeto será feito pela grande comissão constitucional, que é a Assembleia Nacional Constituinte", declarou, ponderando que a participação popular será garantida "através das eleições para a Constituinte." Considerou normal a representação classista na Assembleia, mas condenou o abuso do poder econômico por parte de empresários e multinacionais, opinando que devem ser adotados mecanismos legais para coibi-lo e instrumentos para que a Justiça Eleitoral possa agir nestes casos. "Mas este é um problema da Câmara", afirmou.

